

PROF. LEONARDO AQUINO



SIMULADO TSE AJAJ

P R O V A 0 3

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho

-PROVA OBJETIVA-

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1

A respeito da organização e dos princípios da administração pública e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990), julgue o item a seguir.

Uma das características essenciais dos órgãos públicos é que estes possuem personalidade jurídica.

2

No que se refere ao uso dos poderes administrativos, aos contratos administrativos e ao controle da administração pública, julgue o item subsequente.

As câmaras municipais de vereadores não têm competência para exercer controle legislativo da administração pública.

3

Com base nas disposições da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, julgue o item que se segue.

Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

4

No que se refere a licitação e contratação de obras públicas e serviços de engenharia, julgue o item a seguir.

O projeto básico de uma obra pública deve caracterizar os aspectos gerais da obra e conter soluções técnicas globais, de modo a permitir, por ocasião da elaboração do projeto executivo e à luz das investigações complementares, detalhamentos que resultem em reformulações no que diz respeito à qualidade, ao preço e ao prazo.

5

A respeito de programação de obras e considerando, quando pertinente, a Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, julgue o item a seguir.

A medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas em uma obra caracteriza uma situação de sobrepreço.

6

Com base nas disposições da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, julgue o item que se segue.

Contratação semi-integrada é o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo e executar obras e serviços de engenharia.

7

Com base nas disposições da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, julgue o item que se segue.

Diálogo competitivo é uma modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras

8

Com base no que dispõe a Lei n.º 14.133/2021 acerca de editais, julgue o próximo item.

O edital deve prever índice de reajustamento de preço, independentemente do prazo de duração da avença, com data-base vinculada à data de assinatura do contrato.

9

Com base nas disposições da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, julgue o item que se segue.

Em caso de contratação de obras e serviços de grande vulto, é recomendável, embora não seja obrigatório, que o edital contemple matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

10

A respeito de programação de obras e considerando, quando pertinente, a Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, julgue o item a seguir.

O BDI corresponde ao valor das despesas diretas e do lucro da empresa.

11

No que se refere a licitação e contratação de obras públicas e serviços de engenharia, julgue o item a seguir.

Na contratação de um projeto básico de engenharia, com valor estimado em R\$ 500.000, o julgamento por técnica e preço deverá, obrigatoriamente, considerar a proporção de 70% de valoração da proposta técnica.

12

No que se refere a licitação e contratação de obras públicas e serviços de engenharia, julgue o item a seguir.

A comprovação da qualificação técnico-profissional para a execução de obras e serviços de engenharia com características semelhantes à do objeto contratado poderá ser feita por meio de certidões de acervo técnico emitidas pelo conselho profissional competente ou por meio de provas alternativas, previstas no edital de licitação, de que o profissional possui o conhecimento técnico e a experiência requeridos.

13

A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos na CF e da classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais segundo a doutrina majoritária, julgue o item a seguir.

As normas constitucionais programáticas impõem um dever político ao órgão com atribuição para executar o seu comando, servem de referência teleológica para a atividade de interpretação e aplicação do direito e podem funcionar como parâmetro de controle de constitucionalidade.

14

A respeito dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF) e da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item a seguir.

A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político e rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional e da igualdade entre os Estados.

15

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

De acordo com a teoria dos limites dos limites, um direito fundamental pode ser restringido desde que preservado o seu núcleo essencial.

16

A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos na CF e da classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais segundo a doutrina majoritária, julgue o item a seguir.

Qualquer cidadão, desde que assistido pelo Ministério Público, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor responsável pelo pagamento das custas judiciais e pelo ônus da sucumbência.

17

A respeito dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF) e da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item a seguir.

É competência privativa da União legislar sobre a proteção e o tratamento de dados pessoais, sistema estatístico, informática, telecomunicações e radiodifusão.

18

A respeito da organização político-administrativa do Estado, do Poder Judiciário e das comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Poder Legislativo, julgue o item seguinte.

É da competência privativa da União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

19

A respeito da organização político-administrativa do Estado, do Poder Judiciário e das comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Poder Legislativo, julgue o item seguinte.

As comissões parlamentares de inquérito, embora tenham poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não podem determinar, mesmo que fundamentadamente, a quebra do sigilo telefônico do investigado, porque essa medida constitui cláusula de reserva de jurisdição.

20

No que se refere às atribuições do presidente da República, à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e ao processo legislativo no âmbito do Poder Legislativo, bem como às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

É ato indelegável e de competência privativa do presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

21

A respeito da organização político-administrativa do Estado, do Poder Judiciário e das comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Poder Legislativo, julgue o item seguinte.

Os julgamentos feitos pelo Poder Judiciário são públicos, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, apenas aos advogados das partes.

22

No que se refere às atribuições do presidente da República, à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e ao processo legislativo no âmbito do Poder Legislativo, bem como às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

As normas que disponham sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de cada estado podem ser estabelecidas por lei complementar estadual, sendo a iniciativa dessa lei facultada ao procurador-geral de justiça do respectivo estado, que deve observar o regramento geral definido pelas normas gerais previstas na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, de iniciativa privativa do presidente da República.

23

No que se refere às atribuições do presidente da República, à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e ao processo legislativo no âmbito do Poder Legislativo, bem como às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

Os Ministérios Públicos dos estados devem formar lista tríplice de integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que será nomeado pelo presidente da assembleia legislativa do respectivo estado, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

24

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

A cláusula da reserva do possível não pode ser usada pelo administrador como escusa para o descumprimento dos direitos

sociais quando se trata da garantia do mínimo existencial, a exemplo da matrícula de criança em creche.

25

O senso comum é acumulado ao longo da vida de cada um de nós e acaba sendo transmitido de geração em geração. É um tipo de conhecimento não científico, formado pelas nossas impressões subjetivas sobre o mundo, fruto das nossas experiências pessoais.

Embora esse seja um tipo de conhecimento popular e prático que nos orienta no dia a dia, por não ser testado, verificado ou analisado por uma metodologia científica, permanece um alto grau de incerteza sobre a sua validade, ou seja, é um conhecimento tradicionalmente bem aceito, que pode ou não estar correto ou em consonância com a realidade. Trata-se, contudo, apenas de um mito, assim como muitos outros ensinados e perpetuados pela força da tradição e da crença, tal qual afirma Tolstói em sua obra **Uma confissão**: “Sei que a maior parte dos homens raramente são capazes de aceitar as verdades mais simples e óbvias se essas os obrigarem a admitir a falsidade das conclusões que eles, orgulhosamente, ensinaram aos outros, e que teceram, fio por fio, trançando-as no tecido da própria vida.”

É claro que a maioria das pessoas reconhece também que a ciência é importante e necessária, mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum, mesmo quando necessário. Tendemos a nos manter fiéis àquilo que “testemunhamos com nossos próprios olhos”.

Confiar nos “nossos olhos” — na nossa percepção pessoal — é um processo natural e compreensível, uma vez que essa é a ferramenta com que somos equipados “de fábrica” e que nos ajudou a sobreviver até aqui ao longo da nossa evolução.

*André Demambre Bacchi. **Afinal, o que é ciência**: ... E o que não é? São Paulo: Editora Contexto, 2024, p. 10-11 (com adaptações).*

Julgue o item subsequente, referente às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

As orações ‘de aceitar as verdades mais simples e óbvias’ (segundo período do segundo parágrafo) e “em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum” (primeiro período do terceiro parágrafo) desempenham a mesma função sintática nos períodos em que ocorrem.

26

O senso comum é acumulado ao longo da vida de cada um de nós e acaba sendo transmitido de geração em geração. É um tipo de conhecimento não científico, formado pelas nossas impressões subjetivas sobre o mundo, fruto das nossas experiências pessoais.

Embora esse seja um tipo de conhecimento popular e prático que nos orienta no dia a dia, por não ser testado, verificado ou analisado por uma metodologia científica, permanece um alto grau de incerteza sobre a sua validade, ou seja, é um conhecimento tradicionalmente bem aceito, que pode ou não estar correto ou em consonância com a realidade. Trata-se, contudo, apenas de um mito, assim como muitos outros ensinados e perpetuados pela força da tradição e da crença, tal qual afirma Tolstói em sua obra **Uma confissão**: “Sei que a maior parte dos homens raramente são capazes de aceitar as verdades mais simples e óbvias se essas os obrigarem a admitir a falsidade das conclusões que eles, orgulhosamente, ensinaram aos outros, e que teceram, fio por fio, trançando-as no tecido da própria vida.”

É claro que a maioria das pessoas reconhece também que a ciência é importante e necessária, mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum, mesmo

quando necessário. Tendemos a nos manter fiéis àquilo que “testemunhamos com nossos próprios olhos”.

Confiar nos “nossos olhos” — na nossa percepção pessoal — é um processo natural e compreensível, uma vez que essa é a ferramenta com que somos equipados “de fábrica” e que nos ajudou a sobreviver até aqui ao longo da nossa evolução.

*André Demambre Bacchi. **Afinal, o que é ciência**: ... E o que não é? São Paulo: Editora Contexto, 2024, p. 10-11 (com adaptações).*

Julgue o item subsequente, referente às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

O emprego do sinal indicativo de crase em “àquilo” (segundo período do terceiro parágrafo) é facultativo.

27

Com o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, observa-se na atualidade um processo de migração dos ambientes reais e analógicos para os virtuais e digitais. Inúmeros são os benefícios do oferecimento de produtos e da prestação de serviços no ambiente digital. No entanto, a exposição em rede costuma atrair riscos que, embora invisíveis, apresentam um potencial destrutivo alto: os ciberataques e o seu impacto para as organizações, as empresas e as pessoas envolvidas.

Os ataques cibernéticos podem ter como alvos pessoas, organizações políticas e sociais, empresas públicas e privadas, postos fiscais, tribunais, bases militares, autarquias e ministérios do Estado, variando conforme a motivação que os ensejou: interrupção de sistemas e serviços essenciais, resgate de valores em troca de arquivos criptografados, extração de dados, repercussão política ou até mesmo a lesão física de pessoas.

*Gabriel Cemin Petry; Haide Maria Hupffer. **O princípio da segurança na era dos ciberataques: uma análise a partir do escopo protetivo da LGPD**. In: **Revista CNJ**, v. 7, n.º 1, jan.-jun./2023, p. 85-86 (com adaptações).*

Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item seguinte.

No segundo período do primeiro parágrafo, a flexão dos termos “são” e “benefícios” no plural deve-se à concordância que estabelecem com “Inúmeros”, que funciona como sujeito da oração.

28

Com o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, observa-se na atualidade um processo de migração dos ambientes reais e analógicos para os virtuais e digitais. Inúmeros são os benefícios do oferecimento de produtos e da prestação de serviços no ambiente digital. No entanto, a exposição em rede costuma atrair riscos que, embora invisíveis, apresentam um potencial destrutivo alto: os ciberataques e o seu impacto para as organizações, as empresas e as pessoas envolvidas.

Os ataques cibernéticos podem ter como alvos pessoas, organizações políticas e sociais, empresas públicas e privadas, postos fiscais, tribunais, bases militares, autarquias e ministérios do Estado, variando conforme a motivação que os ensejou: interrupção de sistemas e serviços essenciais, resgate de valores em troca de arquivos criptografados, extração de dados, repercussão política ou até mesmo a lesão física de pessoas.

*Gabriel Cemin Petry; Haide Maria Hupffer. **O princípio***

da segurança na era dos ciberataques: uma análise a partir do escopo protetivo da LGPD. In: Revista CNJ, v. 7, n.º 1, jan.-jun./2023, p. 85-86 (com adaptações).

Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item seguinte.

As expressões “os ciberataques” (último período do primeiro parágrafo) e “Os ataques cibernéticos” (início do segundo parágrafo), bem como o emprego das formas pronominais “seu” (último período do primeiro parágrafo) e “os”, em “os ensinou” (segundo parágrafo), constituem mecanismos de coesão referencial no texto.

29

Com o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, observa-se na atualidade um processo de migração dos ambientes reais e analógicos para os virtuais e digitais. Inúmeros são os benefícios do oferecimento de produtos e da prestação de serviços no ambiente digital. No entanto, a exposição em rede costuma atrair riscos que, embora invisíveis, apresentam um potencial destrutivo alto: os ciberataques e o seu impacto para as organizações, as empresas e as pessoas envolvidas.

Os ataques cibernéticos podem ter como alvos pessoas, organizações políticas e sociais, empresas públicas e privadas, postos fiscais, tribunais, bases militares, autarquias e ministérios do Estado, variando conforme a motivação que os ensejou: interrupção de sistemas e serviços essenciais, resgate de valores em troca de arquivos criptografados, extração de dados, repercussão política ou até mesmo a lesão física de pessoas.

Gabriel Cemin Petry; Haide Maria Hupffer. O princípio da segurança na era dos ciberataques: uma análise a partir do escopo protetivo da LGPD. In: Revista CNJ, v. 7, n.º 1, jan.-jun./2023, p. 85-86 (com adaptações).

Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item seguinte.

No texto, emprega-se o nível formal de linguagem e predomina a função denotativa da linguagem.

30

O senso comum é acumulado ao longo da vida de cada um de nós e acaba sendo transmitido de geração em geração. É um tipo de conhecimento não científico, formado pelas nossas impressões subjetivas sobre o mundo, fruto das nossas experiências pessoais.

Embora esse seja um tipo de conhecimento popular e prático que nos orienta no dia a dia, por não ser testado, verificado ou analisado por uma metodologia científica, permanece um alto grau de incerteza sobre a sua validade, ou seja, é um conhecimento tradicionalmente bem aceito, que pode ou não estar correto ou em consonância com a realidade. Trata-se, contudo, apenas de um mito, assim como muitos outros ensinados e perpetuados pela força da tradição e da crença, tal qual afirma Tolstói em sua obra **Uma confissão**: “Sei que a maior parte dos homens raramente são capazes de aceitar as verdades mais simples e óbvias se essas os obrigarem a admitir a falsidade das conclusões que eles, orgulhosamente, ensinaram aos outros, e que teceram, fio por fio, trançando-as no tecido da própria vida.”

É claro que a maioria das pessoas reconhece também que a ciência é importante e necessária, mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum, mesmo quando necessário. Tendemos a nos manter fiéis àquilo que “testemunhamos com nossos próprios olhos”.

Confiar nos “nossos olhos” — na nossa percepção pessoal — é um processo natural e compreensível, uma vez que essa é a ferramenta

com que somos equipados “de fábrica” e que nos ajudou a sobreviver até aqui ao longo da nossa evolução.

André Demambre Bacchi. Afinal, o que é ciência: ... E o que não é? São Paulo: Editora Contexto, 2024, p. 10-11 (com adaptações).

Julgue o item subsequente, referente às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

No texto, a citação do trecho da obra de Tolstói tem o papel textual de confirmar, reforçar, como argumento de autoridade, a afirmação anterior acerca do senso comum, sendo uma forma de intertextualidade explícita.

31

Com o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, observa-se na atualidade um processo de migração dos ambientes reais e analógicos para os virtuais e digitais. Inúmeros são os benefícios do oferecimento de produtos e da prestação de serviços no ambiente digital. No entanto, a exposição em rede costuma atrair riscos que, embora invisíveis, apresentam um potencial destrutivo alto: os ciberataques e o seu impacto para as organizações, as empresas e as pessoas envolvidas.

Os ataques cibernéticos podem ter como alvos pessoas, organizações políticas e sociais, empresas públicas e privadas, postos fiscais, tribunais, bases militares, autarquias e ministérios do Estado, variando conforme a motivação que os ensejou: interrupção de sistemas e serviços essenciais, resgate de valores em troca de arquivos criptografados, extração de dados, repercussão política ou até mesmo a lesão física de pessoas.

Gabriel Cemin Petry; Haide Maria Hupffer. O princípio da segurança na era dos ciberataques: uma análise a partir do escopo protetivo da LGPD. In: Revista CNJ, v. 7, n.º 1, jan.-jun./2023, p. 85-86 (com adaptações).

Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item seguinte.

De acordo com o texto, a seleção do alvo de um ataque cibernético varia de acordo com as consequências que se pretende desencadear, com esse ataque, na sociedade.

32

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo, e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares.

Em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz-se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade. Quem compare, por exemplo, o regime do trabalho das velhas corporações e grêmios de artesãos com a “escravidão dos salários” nas usinas modernas tem um elemento precioso para o julgamento da inquietação social de nossos dias. Nas velhas

corporações o mestre e seus aprendizes formavam uma só família, cujos membros se sujeitam a uma hierarquia natural, mas que partilham das mesmas privações e confortos. Foi o moderno sistema industrial que, separando os empregadores e empregados nos processos de manufatura e diferenciando cada vez mais suas funções, suprimiu a atmosfera de intimidade que reinava entre uns e outros e estimulou os antagonismos de classe. O novo regime tornava mais fácil, além disso, ao capitalista explorar o trabalho de seus empregados, a troca de salários ínfimos.

Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 141-142 (com adaptações).

Julgue o item seguinte, acerca das ideias e dos aspectos linguísticos do texto precedente.

A ideia defendida pelo autor no primeiro parágrafo do texto opõe-se ao pensamento de que Estado e família têm o mesmo fundamento.

33

O senso comum é acumulado ao longo da vida de cada um de nós e acaba sendo transmitido de geração em geração. É um tipo de conhecimento não científico, formado pelas nossas impressões subjetivas sobre o mundo, fruto das nossas experiências pessoais.

Embora esse seja um tipo de conhecimento popular e prático que nos orienta no dia a dia, por não ser testado, verificado ou analisado por uma metodologia científica, permanece um alto grau de incerteza sobre a sua validade, ou seja, é um conhecimento tradicionalmente bem aceito, que pode ou não estar correto ou em consonância com a realidade. Trata-se, contudo, apenas de um mito, assim como muitos outros ensinados e perpetuados pela força da tradição e da crença, tal qual afirma Tolstói em sua obra **Uma confissão**: “Sei que a maior parte dos homens raramente são capazes de aceitar as verdades mais simples e óbvias se essas os obrigarem a admitir a falsidade das conclusões que eles, orgulhosamente, ensinaram aos outros, e que teceram, fio por fio, trançando-as no tecido da própria vida.”

É claro que a maioria das pessoas reconhece também que a ciência é importante e necessária, mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum, mesmo quando necessário. Tendemos a nos manter fiéis àquilo que “testemunhamos com nossos próprios olhos”.

Confiar nos “nossos olhos” — na nossa percepção pessoal — é um processo natural e compreensível, uma vez que essa é a ferramenta com que somos equipados “de fábrica” e que nos ajudou a sobreviver até aqui ao longo da nossa evolução.

André Demambre Bacchi. Afinal, o que é ciência: ... E o que não é? São Paulo: Editora Contexto, 2024, p. 10-11 (com adaptações).

Julgue o item subsequente, referente às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

De acordo com o texto, pairam dúvidas sobre a validade do senso comum como uma forma legítima de conhecimento por ser ele um conhecimento de natureza tradicional e popular.

34

O senso comum é acumulado ao longo da vida de cada um de nós e acaba sendo transmitido de geração em geração. É um tipo de conhecimento não científico, formado pelas nossas impressões subjetivas sobre o mundo, fruto das nossas experiências pessoais.

Embora esse seja um tipo de conhecimento popular e prático que nos orienta no dia a dia, por não ser testado, verificado ou analisado por uma metodologia científica, permanece um alto grau de incerteza sobre a sua validade, ou seja, é um conhecimento tradicionalmente

bem aceito, que pode ou não estar correto ou em consonância com a realidade. Trata-se, contudo, apenas de um mito, assim como muitos outros ensinados e perpetuados pela força da tradição e da crença, tal qual afirma Tolstói em sua obra **Uma confissão**: “Sei que a maior parte dos homens raramente são capazes de aceitar as verdades mais simples e óbvias se essas os obrigarem a admitir a falsidade das conclusões que eles, orgulhosamente, ensinaram aos outros, e que teceram, fio por fio, trançando-as no tecido da própria vida.”

É claro que a maioria das pessoas reconhece também que a ciência é importante e necessária, mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum, mesmo quando necessário. Tendemos a nos manter fiéis àquilo que “testemunhamos com nossos próprios olhos”.

Confiar nos “nossos olhos” — na nossa percepção pessoal — é um processo natural e compreensível, uma vez que essa é a ferramenta com que somos equipados “de fábrica” e que nos ajudou a sobreviver até aqui ao longo da nossa evolução.

André Demambre Bacchi. Afinal, o que é ciência: ... E o que não é? São Paulo: Editora Contexto, 2024, p. 10-11 (com adaptações).

Julgue o item subsequente, referente às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

No terceiro parágrafo, o trecho “mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum” contribui para a construção do sentido do texto na medida em que apresenta significado contextual de oposição ao que o autor afirma no segmento “a ciência é importante e necessária”.

35

O senso comum é acumulado ao longo da vida de cada um de nós e acaba sendo transmitido de geração em geração. É um tipo de conhecimento não científico, formado pelas nossas impressões subjetivas sobre o mundo, fruto das nossas experiências pessoais.

Embora esse seja um tipo de conhecimento popular e prático que nos orienta no dia a dia, por não ser testado, verificado ou analisado por uma metodologia científica, permanece um alto grau de incerteza sobre a sua validade, ou seja, é um conhecimento tradicionalmente bem aceito, que pode ou não estar correto ou em consonância com a realidade. Trata-se, contudo, apenas de um mito, assim como muitos outros ensinados e perpetuados pela força da tradição e da crença, tal qual afirma Tolstói em sua obra **Uma confissão**: “Sei que a maior parte dos homens raramente são capazes de aceitar as verdades mais simples e óbvias se essas os obrigarem a admitir a falsidade das conclusões que eles, orgulhosamente, ensinaram aos outros, e que teceram, fio por fio, trançando-as no tecido da própria vida.”

É claro que a maioria das pessoas reconhece também que a ciência é importante e necessária, mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum, mesmo quando necessário. Tendemos a nos manter fiéis àquilo que “testemunhamos com nossos próprios olhos”.

Confiar nos “nossos olhos” — na nossa percepção pessoal — é um processo natural e compreensível, uma vez que essa é a ferramenta com que somos equipados “de fábrica” e que nos ajudou a sobreviver até aqui ao longo da nossa evolução.

André Demambre Bacchi. Afinal, o que é ciência: ... E o que não é? São Paulo: Editora Contexto, 2024, p. 10-11 (com adaptações).

Julgue o item subsequente, referente às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

O primeiro parágrafo do texto é predominantemente expositivo, no que se refere à tipologia textual.

36

Com o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, observa-se na atualidade um processo de migração dos ambientes reais e analógicos para os virtuais e digitais. Inúmeros são os benefícios do oferecimento de produtos e da prestação de serviços no ambiente digital. No entanto, a exposição em rede costuma atrair riscos que, embora invisíveis, apresentam um potencial destrutivo alto: os ciberataques e o seu impacto para as organizações, as empresas e as pessoas envolvidas.

Os ataques cibernéticos podem ter como alvos pessoas, organizações políticas e sociais, empresas públicas e privadas, postos fiscais, tribunais, bases militares, autarquias e ministérios do Estado, variando conforme a motivação que os ensejou: interrupção de sistemas e serviços essenciais, resgate de valores em troca de arquivos criptografados, extração de dados, repercussão política ou até mesmo a lesão física de pessoas.

Gabriel Cemin Petry; Haide Maria Hupffer. O princípio da segurança na era dos ciberataques: uma análise a partir do escopo protetivo da LGPD. In: Revista CNJ, v. 7, n.º 1, jan.-jun./2023, p. 85-86 (com adaptações).

Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item seguinte.

Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o primeiro período do primeiro parágrafo fosse reescrito da seguinte forma: **Por conta do crescimento de novas tecnologias da comunicação e da informação, a atualidade vivencia um processo onde observam-se a migração de ambientes de natureza real e analógica para ambientes de natureza virtual e digital.**

37

O senso comum é acumulado ao longo da vida de cada um de nós e acaba sendo transmitido de geração em geração. É um tipo de conhecimento não científico, formado pelas nossas impressões subjetivas sobre o mundo, fruto das nossas experiências pessoais.

Embora esse seja um tipo de conhecimento popular e prático que nos orienta no dia a dia, por não ser testado, verificado ou analisado por uma metodologia científica, permanece um alto grau de incerteza sobre a sua validade, ou seja, é um conhecimento tradicionalmente bem aceito, que pode ou não estar correto ou em consonância com a realidade. Trata-se, contudo, apenas de um mito, assim como muitos outros ensinados e perpetuados pela força da tradição e da crença, tal qual afirma Tolstói em sua obra **Uma confissão**: “Sei que a maior parte dos homens raramente são capazes de aceitar as verdades mais simples e óbvias se essas os obrigarem a admitir a falsidade das conclusões que eles, orgulhosamente, ensinaram aos outros, e que teceram, fio por fio, trançando-as no tecido da própria vida.”

É claro que a maioria das pessoas reconhece também que a ciência é importante e necessária, mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum, mesmo quando necessário. Tendemos a nos manter fiéis àquilo que “testemunhamos com nossos próprios olhos”.

Confiar nos “nossos olhos” — na nossa percepção pessoal — é um processo natural e compreensível, uma vez que essa é a ferramenta com que somos equipados “de fábrica” e que nos ajudou a sobreviver até aqui ao longo da nossa evolução.

André Demambre Bacchi. Afinal, o que é ciência: ... E o que não é? São Paulo: Editora Contexto, 2024, p. 10-11 (com adaptações).

Julgue o item subsequente, referente às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

Estariam mantidos o sentido original, a correção gramatical e a coerência do texto caso o primeiro período do terceiro parágrafo fosse assim reestruturado: **É claro também que a ciência é importante e necessária e a maioria das pessoas reconhece, mas, mesmo quando necessário, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum.**

38

O senso comum é acumulado ao longo da vida de cada um de nós e acaba sendo transmitido de geração em geração. É um tipo de conhecimento não científico, formado pelas nossas impressões subjetivas sobre o mundo, fruto das nossas experiências pessoais.

Embora esse seja um tipo de conhecimento popular e prático que nos orienta no dia a dia, por não ser testado, verificado ou analisado por uma metodologia científica, permanece um alto grau de incerteza sobre a sua validade, ou seja, é um conhecimento tradicionalmente bem aceito, que pode ou não estar correto ou em consonância com a realidade. Trata-se, contudo, apenas de um mito, assim como muitos outros ensinados e perpetuados pela força da tradição e da crença, tal qual afirma Tolstói em sua obra **Uma confissão**: “Sei que a maior parte dos homens raramente são capazes de aceitar as verdades mais simples e óbvias se essas os obrigarem a admitir a falsidade das conclusões que eles, orgulhosamente, ensinaram aos outros, e que teceram, fio por fio, trançando-as no tecido da própria vida.”

É claro que a maioria das pessoas reconhece também que a ciência é importante e necessária, mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum, mesmo quando necessário. Tendemos a nos manter fiéis àquilo que “testemunhamos com nossos próprios olhos”.

Confiar nos “nossos olhos” — na nossa percepção pessoal — é um processo natural e compreensível, uma vez que essa é a ferramenta com que somos equipados “de fábrica” e que nos ajudou a sobreviver até aqui ao longo da nossa evolução.

André Demambre Bacchi. Afinal, o que é ciência: ... E o que não é? São Paulo: Editora Contexto, 2024, p. 10-11 (com adaptações).

Julgue o item subsequente, referente às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

No último parágrafo, a substituição do segmento “uma vez que” por **de modo que** preservaria as relações de sentido estabelecidas no período.

39

Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue o item a seguir.

Entre os princípios norteadores do direito eleitoral brasileiro incluem-se o princípio da igualdade, o princípio do devido processo legal, o princípio da publicidade e o princípio da preclusão ou da eventualidade.

40

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos políticos.

O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado é causa justificadora da perda ou suspensão de direitos políticos.

41

Julgue o item seguinte, referentes ao alistamento eleitoral, ao cancelamento da inscrição eleitoral e exclusão do eleitor do cadastro nacional de eleitores.

As únicas hipóteses de cancelamento da inscrição e a consequente exclusão do eleitor do cadastro nacional são: suspensão dos direitos políticos, falecimento do eleitor, pluralidade de inscrições e o fato de o eleitor deixar de votar em três eleições consecutivas.

42

Julgue o item seguinte, referentes ao alistamento eleitoral, ao cancelamento da inscrição eleitoral e exclusão do eleitor do cadastro nacional de eleitores.

Alistamento eleitoral é o ato jurídico pelo qual a pessoa natural adquire, perante a justiça eleitoral, capacidade eleitoral ativa e passa a integrar o corpo de eleitores de determinada zona e seção eleitoral.

43

A respeito da Lei n.º 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições no Brasil, julgue o seguinte item.

A lei cria reserva de vagas para ambos os sexos ao determinar que cada partido político ou coligação, ao realizar o registro de candidatos, deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidatura de cada sexo.

44

Julgue o próximo item, referente aos partidos políticos.

Aos partidos políticos é assegurada a exclusividade de sua denominação, de sua sigla e de seus símbolos a partir do registro de seus estatutos no TSE.

45

Com relação às condições de elegibilidade e inelegibilidades, julgue o item que se segue.

São absolutamente inelegíveis os indivíduos que tenham menos de dezesseis anos de idade, os estrangeiros, os privados temporariamente dos seus direitos políticos e todos aqueles que não puderem se alistar como eleitores.

46

Com relação às condições de elegibilidade e inelegibilidades, julgue o item que se segue.

A titularidade de mandato eletivo e a candidatura à reeleição, quando cumuladas, atuam, no ordenamento jurídico brasileiro, como condições de elegibilidade.

47

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos políticos.

O instituto da reeleição se aplica aos cargos de presidente da República, de governador de estado, de governador do Distrito Federal e de prefeito.

48

Com relação às condições de elegibilidade e inelegibilidades, julgue o item que se segue.

É inelegível o servidor público militar da Força Aérea Brasileira reformado por idade ou por incapacidade física.

49

Com relação às condições de elegibilidade e inelegibilidades, julgue o item que se segue.

Os analfabetos são absolutamente inelegíveis, sendo possível o reconhecimento do analfabetismo mesmo depois de o candidato ter sido eleito e diplomado.

50

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos políticos.

Para ter direito a concorrer ao cargo de deputado federal, o governador de estado deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do registro de sua candidatura.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

Acerca das características básicas das organizações modernas, do processo organizacional, da gestão de processos e gestão da qualidade, julgue o item a seguir.

Visando ao aumento da competitividade com mais fluidez e flexibilidade na tomada de decisões, a tendência das organizações modernas é adotar cadeias de comando mais curtas, que tenham menos níveis hierárquicos e estruturas horizontais mais ágeis.

52

Acerca da gestão de resultados, das convergências e diferenças entre gestão pública e privada e do paradigma do cliente na gestão pública, julgue o próximo item.

A gestão pública possui maiores responsabilidades que a gestão privada no que se refere a questões relativas à sustentabilidade social e ambiental, uma vez que somente à gestão pública cabe a prestação de contas à sociedade.

53

Acerca das características básicas das organizações modernas, do processo organizacional, da gestão de processos e gestão da qualidade, julgue o item a seguir.

O planejamento orientado a mudanças e prioridades possibilita a antecipação dos problemas, de modo a aproveitar as oportunidades oriundas das novas situações e privilegiar os temas mais importantes.

54

Acerca do planejamento estratégico organizacional, julgue o item subsequente.

O mapa estratégico consiste na representação textual e na descrição pormenorizada da concepção das estratégias de uma organização.

55

Julgue o próximo item sobre gestão de projetos, planejamento estratégico, excelência nos serviços públicos e empreendedorismo governamental.

O plano estratégico, resultado do planejamento estratégico, deve evidenciar os planos setoriais para alcance dos resultados das distintas áreas da organização.

56

No que concerne ao planejamento estratégico, ao empreendedorismo governamental, à excelência nos serviços públicos e às novas lideranças no setor público, julgue o item que se segue.

O planejamento estratégico em nível institucional deve possuir um conteúdo genérico e sintético, ser orientado ao longo prazo e abordar aspectos da organização como um todo.

57

Acerca do planejamento estratégico organizacional, julgue o item subsecutivo.

Como exemplos de oportunidades para a organização estão o advento de novos concorrentes e a introdução, no ambiente externo, de novas tecnologias de difícil adoção e alto investimento.

58

Acerca do planejamento estratégico organizacional, julgue o item subsecutivo.

A análise do ambiente interno tem por intuito identificar as qualidades e as deficiências da organização, isto é, os seus pontos fortes e fracos.

59

A respeito do planejamento estratégico e da análise SWOT, julgue o item seguinte.

A partir da análise SWOT, tem-se uma boa visão de conjunto a respeito da situação geral de uma organização, o que proporciona a base para a elaboração de uma estratégia.

60

Acerca do planejamento estratégico organizacional, julgue o item subsecutivo.

Impulsionar a inovação por meio da propriedade industrial pode ser entendido como a missão do INPI.

61

Acerca da gestão de projetos e processos, julgue o item que se segue.

Para se avaliar o desempenho de projetos, é possível adotar indicadores de sucesso estratégico, que refletem a percepção de atores externos à organização.

62

No que se refere à administração pública, seu orçamento e suas boas práticas, julgue o item a seguir.

Indicadores permitem o conhecimento sobre a situação que se deseja modificar, auxiliam na identificação dos objetivos, apontam soluções e resolvem problemas, facilitando o processo de tomada de decisão.

63

Acerca do sistema de medição de desempenho organizacional, julgue o item que se segue.

A medição do desempenho organizacional quando executada de modo adequado é uma ferramenta eficaz e necessária, embora não seja suficiente para assegurar que uma estratégia seja implantada em todos os níveis da organização.

64

A respeito de aspectos relativos a gestão de resultados nos serviços públicos, convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, paradigma do cliente na gestão pública e sustentabilidade pública e acessibilidade, julgue o item seguinte.

Os indicadores para mensuração de resultados devem ser de fácil compreensão pelos usuários e devem possibilitar a discussão sobre os resultados obtidos e os seus impactos na organização.

65

Acerca do sistema de medição de desempenho organizacional, julgue o item que se segue.

Para a medição do desempenho organizacional, é primordial que se defina, com base na estratégia da organização, o que será medido, como, por exemplo, o lucro líquido, a produtividade, a eficiência e a rotatividade da mão de obra.

66

Em relação a BSC (balanced scorecard), julgue o item seguinte.

O investimento em qualificação dos empregados (avaliado pela relação reais/empregado) é exemplo de indicador na perspectiva de aprendizado e crescimento organizacional.

67

Em relação a BSC (balanced scorecard), julgue o item seguinte.

Na perspectiva dos clientes, são identificados e mapeados os processos críticos organizacionais que causam o maior impacto na satisfação dos consumidores e na obtenção dos objetivos financeiros.

68

Julgue o item a seguir, relativos às vantagens e desvantagens de cada tipo de departamentalização.

A departamentalização por clientes possibilita assegurar conhecimento e atendimento contínuo e rápido às necessidades específicas de diferentes tipos e classes de clientes.

69

Julgue o item a seguir, relativos às vantagens e desvantagens de cada tipo de departamentalização.

Apesar de ser mais difícil de coordenar, a departamentalização por produtos reduz o poder dos gerentes de produtos ou serviços, o que aumenta a estabilidade das estruturas de poder das organizações.

70

Julgue o item que se segue, relativo à gestão da qualidade.

Além de documentar um processo, o fluxograma também auxilia os empregadores e todos os demais atores envolvidos a compreenderem cada fase da execução do processo e a proporem melhorias na sua implementação.

71

No que se refere às funções da administração, que compreendem planejamento, organização, direção e controle, julgue o item subsequente.

A função direção é uma etapa anterior à de planejamento e à de organização, e compreende as decisões que acionam recursos, especialmente pessoas, para realizar e alcançar objetivos.

72

Acerca das características básicas das organizações modernas, do processo organizacional, da gestão de processos e gestão da qualidade, julgue o item a seguir.

Os processos finalísticos estão vinculados às atividades-fim da organização e, por isso, não podem ser classificados como processos críticos, pois são de natureza estratégica para o sucesso organizacional.

73

Acerca da gestão de projetos e processos, julgue o item que se segue.

O mapeamento das cadeias de valor e de seus fluxos de atividades é tarefa associada à modelagem de um processo atual.

74

Acerca da gestão de projetos e processos, julgue o item que se segue.

A análise e o levantamento de disfunções na gestão de um processo correspondem à etapa que precede à modelagem de um processo atual.

75

Julgue o item que se segue, relativo à gestão da qualidade.

Entre os custos da não qualidade, estão a reinspeção dos serviços retrabalhados e as horas extras para recuperar os atrasos.

76

No que concerne ao planejamento estratégico, ao empreendedorismo governamental, à excelência nos serviços públicos e às novas lideranças no setor público, julgue o item que se segue.

Entre os fundamentos da gestão pública contemporânea está o pensamento sistêmico, que engloba a interdependência das unidades internas e visa à minimização de custos, à redução de tempo e à melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

77

Julgue o item que se segue, relativo à gestão da qualidade.

Em sua contribuição para a gestão da qualidade, Deming defendia a inspeção em massa a fim de diminuir as não conformidades nos processos.

78

Acerca das características básicas das organizações modernas, do processo organizacional, da gestão de processos e gestão da qualidade, julgue o item a seguir.

Segundo os princípios de gestão da qualidade defendidos por Deming, deve-se priorizar, para a obtenção da qualidade, as inspeções massivas dos serviços executados.

79

Julgue o item que se segue, relativo à gestão da qualidade.

O Modelo da Excelência em Gestão propalado pela Fundação Nacional da Qualidade caracteriza-se por ser sistêmico e prescritivo, além de ser capaz de promover o aprendizado organizacional e de mensurar os resultados do negócio de forma objetiva.

80

A respeito de aspectos relativos a gestão de resultados nos serviços públicos, convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, paradigma do cliente na gestão pública e sustentabilidade pública e acessibilidade, julgue o item seguinte.

Ao se compreender os cidadãos como clientes e usuários dos serviços públicos, exige-se das organizações públicas agilidade, busca por excelência e inovação na prestação de serviços.

81

Julgue o próximo item sobre gestão de projetos, planejamento estratégico, excelência nos serviços públicos e empreendedorismo governamental.

Para alcançar excelência na prestação de serviços públicos, o Estado deve promover amplos debates com a sociedade para estabelecer prioridades e dar transparência quanto a seu papel e seus espaços de atuação.

82

No que se refere à administração pública, seu orçamento e suas boas práticas, julgue o item a seguir.

A excelência em gestão pública pressupõe atenção prioritária ao usuário dos serviços públicos.

83

Acerca da gestão de resultados, das convergências e diferenças entre gestão pública e privada e do paradigma do cliente na gestão pública, julgue o próximo item.

Comparativamente à gestão privada, a gestão pública apresenta piores índices de qualidade nos serviços prestados ao cliente, pois a modernização das práticas gerenciais e a excelência no desempenho se restringem ao setor privado.

84

Acerca da gestão de resultados, das convergências e diferenças entre gestão pública e privada e do paradigma do cliente na gestão pública, julgue o próximo item.

Para que a gestão de resultados ocorra de maneira efetiva, é necessário estabelecer os resultados desejados em decorrência dos objetivos governamentais; realizar o monitoramento e a avaliação do desempenho; e retroalimentar o sistema de gestão.

85

Julgue o próximo item sobre gestão de projetos, planejamento estratégico, excelência nos serviços públicos e empreendedorismo governamental.

O estabelecimento de inovações tecnológicas e ações de empreendedorismo governamental independe das repercussões internas à instituição, pois os pontos de atenção devem ser centrados no atendimento ao cidadão.

86

No que concerne ao planejamento estratégico, ao empreendedorismo governamental, à excelência nos serviços públicos e às novas lideranças no setor público, julgue o item que se segue.

O empreendedorismo governamental é caracterizado pela prestação de serviços realizados por pessoas que trabalham na esfera pública e potencializam, através de um caráter criativo e resolutivo, a qualidade dos serviços prestados à população.

87

Julgue o próximo item, relativo à gestão de pessoas.

Consoante o modelo contingencial, o desenho do cargo organizacional encerra-se na análise da variedade das habilidades exigidas, na autonomia do ocupante para executar o trabalho e na sua identificação com a tarefa.

88

Julgue o próximo item, relativo à gestão de pessoas.

No processo de racionalização, após o recebimento de um *feedback*, o ideal é que o empregado reflita sobre seus pontos fortes e fracos com vistas a melhorar seu desempenho.

89

Julgue o próximo item, relativo à gestão de pessoas.

A política salarial equitativa está relacionada ao pagamento proporcional ao esforço, à habilidade e à capacidade profissional do empregado.

90

Julgue o item a seguir, tendo em vista convergências e diferenças entre a gestão privada e a gestão pública.

Como prática exclusiva da gestão privada, a responsabilidade social e ambiental é uma estratégia composta por ações voluntárias de empresas em benefício da sociedade.

91

A respeito dos princípios orçamentários, julgue o item a seguir.

O princípio orçamentário da programação, que surgiu a partir da evolução do orçamento tradicional, visa, essencialmente, à boa organização dos meios materiais e financeiros na estrutura do orçamento público.

92

A ação planejada do Estado na manutenção de suas atividades e na execução de seus projetos materializa-se por meio do orçamento público. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

Os princípios orçamentários, válidos para todos os poderes e entes federativos, visam estabelecer regras básicas a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

93

A respeito dos princípios orçamentários, julgue o item a seguir.

O princípio da legalidade orçamentária comporta algumas exceções previstas na Constituição Federal de 1988, ao passo que o princípio do equilíbrio tem caráter absoluto.

94

Em relação ao orçamento público, julgue o item seguinte.

A contratação de operações de crédito pelos entes públicos não pode ser tratada na lei orçamentária anual, que está sujeita ao princípio constitucional da exclusividade.

95

A ação planejada do Estado na manutenção de suas atividades e na execução de seus projetos materializa-se por meio do orçamento público. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

Em consonância com o princípio da totalidade orçamentária, cada ente da Federação deve elaborar uma única lei orçamentária com todas as receitas previstas e despesas fixadas para o exercício financeiro.

96

Quanto às leis que compõem o ciclo e o processo orçamentário brasileiro, julgue o item subsequente.

Em consonância com o princípio da exclusividade, a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa pública, contudo, ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas orçamentárias, nos termos definidos em lei.

97

Quanto às leis que compõem o ciclo e o processo orçamentário brasileiro, julgue o item subsequente.

O plano plurianual (PPA), que define estratégias, diretrizes e metas para as contas públicas, é caracterizado como um instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macro orientações do governo para a sua ação em cada período de

quatro anos, sendo estas mandatórias para o setor público e indicativas para o setor privado.

98

No que se refere ao sistema de planejamento e de orçamento público no Brasil, julgue o item seguinte.

Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal de 1988 serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

99

A ação planejada do Estado na manutenção de suas atividades e na execução de seus projetos materializa-se por meio do orçamento público. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

Durante o ciclo orçamentário, a Lei de Diretrizes Orçamentárias define diretrizes, programas, objetivos e metas para a estruturação do plano plurianual que vai orientar a atuação governamental no quadriênio.

100

Em relação ao orçamento público, julgue o item seguinte.

A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento legal que, por determinação constitucional, deve contemplar as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos pela administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

101

Quanto às leis que compõem o ciclo e o processo orçamentário brasileiro, julgue o item subsequente.

No âmbito da União, a LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e suas respectivas metas, em harmonia com a sustentabilidade da dívida pública, além de orientar a elaboração da LOA e dispor das alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

102

Julgue o próximo item, com relação ao ciclo e ao processo orçamentário.

O projeto de lei orçamentária anual (LOA) é encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, com a chancela do Presidente da República, e compreende: o orçamento fiscal; o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social.

103

Em relação ao orçamento público, julgue o item seguinte.

O projeto de lei orçamentária anual, cuja iniciativa compete ao Poder Executivo, deve ser apreciado pelas duas casas do Congresso Nacional, na forma como dispõe o regimento comum.

104

Julgue o item seguinte, com base no que dispõe a Lei n.º 4.320/1964.

Promulgada a lei orçamentária e respeitados os limites nela estabelecidos, caberá ao Poder Executivo aprovar um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária estará autorizada a utilizar.

105

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), julgue o próximo item.

A regra de ouro prevista na LRF estabelece que nenhum ato que provoque aumento da despesa de pessoal poderá ser editado nos 180 dias anteriores ao final da legislatura ou do mandato dos chefes dos Poderes Executivos

106

Julgue o item subsequente, relativo à legislação administrativa brasileira.

Admite-se a prestação de serviços gratuitos por servidor da administração pública, desde que devidamente justificada e aprovada pela chefia imediata do servidor.

107

Julgue o item subsequente, relativo à legislação administrativa brasileira.

Ascensão e transferência são admitidas como formas de provimento para cargos públicos.

108

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

As disposições da Lei n.º 14.133/2021 são aplicáveis às empresas públicas, uma vez que o governo detém parte do capital social destas ou a sua totalidade.

109

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos pela Lei n.º 14.133/2021, sob a forma de regulamentação específica a ser editada pelo Senado Federal.

110

Com referência a aquisições públicas e governança, julgue o item seguinte.

Na modalidade de licitação leilão, admite-se que um servidor seja designado para a condução do processo.

111

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

O diálogo competitivo é modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

112

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

Maior desconto, maior retorno econômico, menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, e técnica e preço são critérios de julgamento que podem ser utilizados na modalidade de licitação concorrência.

113

Com referência a aquisições públicas e governança, julgue o item seguinte.

No Brasil, a vigente legislação de compras determina que, ao se executar indiretamente serviços de engenharia, pode-se adotar o regime por preço unitário.

114

No que se refere às normas de licitação e contratos administrativos previstas na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

A locação, pela administração pública, de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração pública cujas características ou necessidades de instalação e de localização tornem necessária a sua escolha configura hipótese de dispensa de licitação segundo a Lei n.º 8.666/1993, ao passo que figura como causa de inexigibilidade de licitação na Lei n.º 14.133/2021.

115

No que diz respeito aos bens, aos serviços e às obras municipais, bem como ao poder de polícia dos municípios, julgue o item subsequente.

No município de Maceió, os bens públicos de natureza imobiliária somente podem ser alienados mediante licitação, desde que comprovado o interesse público, por previsão expressa na lei orgânica municipal.

116

Com relação à disciplina atinente a improbidade administrativa, decadência administrativa e licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir, considerando as disposições das Leis n.º 8.429/1992, n.º 14.133/2021 e n.º 9.784/1999, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A alienação de bem imóvel pertencente a autarquia ou fundação prescinde de autorização legislativa, estando condicionada a prévio procedimento licitatório na modalidade leilão.

117

Com relação à disciplina atinente a improbidade administrativa, decadência administrativa e licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir, considerando as disposições das Leis n.º 8.429/1992, n.º 14.133/2021 e n.º 9.784/1999, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

É válida a previsão de meios alternativos de resolução de controvérsias no âmbito do contrato administrativo, desde que previstos quando da celebração do contrato.

118

No que se refere às normas de licitação e contratos administrativos previstas na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a ser aplicada pelas autarquias federais é ato que compete ao ministro de Estado a que se subordina a entidade.

119

No que se refere às normas de licitação e contratos administrativos previstas na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

Os servidores, os empregados públicos e os agentes de licitação das autarquias integram a primeira linha de defesa das contratações públicas no âmbito da entidade, segundo a Lei n.º 14.133/2021.

120

Com referência a aquisições públicas e governança, julgue o item seguinte.

Os órgãos públicos municipais, ao estabelecerem seu planejamento de contratações públicas, devem atender às determinações da Portaria n.º 8.678/2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas.

- PROVA DISCURSIVA -

Pedro impetrou mandado de segurança contra ato do Juízo da 234.^a Zona Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, que teria ordenado a anotação, nos seus assentos eleitorais, de determinado código indicando que o impetrante teria sofrido condenação criminal fundada no art. 121 do Código Penal e, portanto, estaria inelegível. Em seu mandamus, Pedro sustentou a ilegalidade de tal ato, alegando que a sentença penal condenatória transitada em julgado havia deixado de produzir efeitos em virtude da concessão de indulto presidencial, a qual deve repercutir na esfera eleitoral.

Considerando o relato hipotético apresentado, redija um texto acerca do ato do juiz eleitoral. Em seu texto, faça o que se pede a seguir, de forma justificada.

< Avalie a legalidade da decisão do juiz diante da concessão de indulto. [valor: 0,50 ponto]

< Diferencie suspensão dos direitos políticos de inelegibilidade, indicando qual dessas hipóteses se aplica ao caso de Pedro. [valor: 1,25 ponto]

< Explique os efeitos da anotação quanto à suspensão dos direitos políticos por força de condenação criminal. [valor: 1,00 ponto]

< Avalie se Pedro deve ficar inelegível, considerando sua condenação nas penas do art. 121 do Código Penal, o indulto e o contido na resolução n.º 21.538/2003. [valor: 1,00 ponto]

< Indique em que momento devem ser aferidas as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade. [valor: 1,00 ponto]

Resolução n.º 21.538, de 14 de outubro de 2003

Dispõe sobre o alistamento e os serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros.

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	